



Ações afirmativas e universidade: uma análise da política de cotas para estudantes com deficiência nos programas de pós-graduação da UENF (lei nº 6.914/14)

Maria José Gomes da Silva Castro, Shirlena Campos de Souza Amaral

Na sociedade brasileira, o principiar da política de cotas teve um grande debate, que chamou atenção dos estudiosos para a questão racial e socioeconômica, deixando de lado a questão de pessoas com deficiência, que não foi lembrada inicialmente. A reserva de vagas para pessoas com deficiência é uma realidade para algumas universidades públicas no Brasil, evidenciando um contexto de demandas políticas e sociais, das quais fizeram parte movimentos da sociedade civil organizada, que junto ao poder público travaram batalhas em prol da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. A presente pesquisa visa colaborar na análise de diagnósticos sobre a presença de pessoas com deficiência nas universidades públicas brasileiras, volta-se para a compreensão das políticas públicas de ações afirmativas, que surgem como instrumentos concretos de promoção da inclusão social em uma perspectiva de justiça distributiva acoplada à justiça cultural. Focar-se-á na política de cotas de pós-graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), instituída pela Lei nº 6.914/2014 e Lei nº 6.959/2015. A pesquisa objetiva analisar a política em relação ao acesso, permanência e conclusão dos discentes cotistas. Traz por objetivo analisar a política de cotas para pessoas com deficiências nos programas de pós-graduação da UENF a partir da implementação da Lei 6.914/14, em observância ao acesso e permanência à nível de mestrado e doutorado, considerando o período de 2016 a 2021. Vai além ao buscar analisar a inclusão social pretendida por lei e a efetivamente realizada. A metodologia empregada como instrumento de coleta de dados às informações das fichas de matrícula dos estudantes, junto à Secretaria Acadêmica, Pró-Reitoria de Pós-graduação da UENF, entrevistas semiestruturadas dirigidas aos estudantes com deficiência cotistas e não cotistas matriculados nos Programas de Pós-graduação da UENF, bem como com os coordenadores dos respectivos Programas, além da revisão bibliográfica sobre a temática de forma multidisciplinar. Espera-se com o estudo colaborar com diagnósticos sobre a implementação de ações afirmativas nas universidades brasileiras nos níveis da pós-graduação de modo a contribuir para a avaliação dessa ação inclusiva e proposição de estratégias que garantam esse direito.

Palavras-chave: Deficiência, Pós-graduação, Inclusão.

Instituição de fomento: CAPES, UENF